

A lógica do duelo e o enigma da política (versão preliminar)

Eduardo Mei (UNESP. @: x-mei@uol.com.br)

Raymond Aron inicia o Capítulo 1 de *Paz e guerra entre as nações* citando a célebre definição de Clausewitz, segundo a qual “a guerra é um ato de violência destinado a obrigar o adversário a realizar nossa vontade”, tomando-a como o “ponto de partida para este estudo”. Embora Aron advirta, em seguida, que “esta dialética da luta é puramente abstrata e não se aplica às guerras reais”, a definição clausewitziana, repetida à exaustão, provocaria inúmeros mal-entendidos. Não obstante esses mal-entendidos subsistam, em sua maioria, à revelia da obra de Aron e tributáveis a intérpretes belicistas e a duzentos anos de guerras totais, *Paz e guerra* não passará incólume a eles. De fato, em suas *Memórias*, ao comentar *Paz e guerra*, Aron registrará que “Clausewitz trouxe-lhe a idéia germinal de toda teoria das relações interestatais”, a “alternância da paz e da guerra, a complementaridade da diplomacia e estratégia”, etc. Trata-se, porém, de um Clausewitz incompleto. Não surpreende, portanto, que não haja aí menção à definição trinitária da guerra, única que contempla a infinita diversidade das guerras reais. As insuficiências e incorreções na compreensão da teoria clausewitziana da guerra levarão Aron a debruçar-se sobre a sua obra nos anos dos 70. Clausewitz escreveu sob o impacto da Revolução Francesa, das guerras napoleônicas e da emergência do povo na guerra. É sob o impacto das guerras totais do século XX que Aron escrevera a sua obra. É o espectro da guerra absoluta a assombrar a Europa e o mundo. A compreensão da alternância da guerra e da paz exige, portanto, que exorcizemos esse espectro.

A Revolução Francesa colocou em marcha o povo em armas, solapando as bases socioeconômicas do *ancien régime*. As guerras limitadas do antigo regime estavam com os dias contados. No comando de um exército modernizado antes da revolução e multiplicado pelos soldados-cidadãos, Napoleão imporia a supremacia militar francesa por quase duas décadas. O enfrentamento entre a nova ordem inaugurada pela revolução e o antigo regime configurava o confronto entre interesses vitais de ambos os lados. A superioridade da *grand armée* permitia a Napoleão adotar táticas que visavam vitórias decisivas sobre os adversários. “Criado no culto a Frederico II e ao exército prussiano, [...] em 1806, Clausewitz se dividia entre a fé de sua infância e de seu meio, por uma parte, e suas dúvidas, por outra”.¹ Tais dúvidas foram suscitadas pela revolução e pelas guerras napoleônicas. O impacto foi tão forte

1 Raymond Aron, “Clausewitz y la concepción de Estado” In: *Sobre Clausewitz*. Buenos Ayres: Ediciones Nueva Visión, 2009; p. 75.

que ele deixou suas marcas nas primeiras páginas da obra máxima do general prussiano. De fato, nos § 2-5 do seu Capítulo 1, Clausewitz dedica-se às leis da ascensão aos extremos: “uso ilimitado da violência”, “aniquilamento do inimigo” e “máxima mobilização da força”. A eloquência contida nessas palavras ainda hoje é evocada para desprezar as pregações morais das “almas filantrópicas”, servindo portanto para separar os realistas forjados na violência da história dos sonhadores que desconhecem a crua realidade da guerra. Destarte não é casual que muitos afirmem que “o militar é treinado para matar”, mesmo em países como o Brasil que há muito tempo não se envolvem em um esforço efetivo de guerra.

A “lógica” da “imposição da vontade” insinua-se sutilmente. Trata-se, portanto, de desvelá-la e desmitificá-la. Em seus parágrafos iniciais, *Da guerra* desenvolve a teoria da guerra absoluta, cujo modelo ideal é o “duelo”. Clausewitz registra em seguida (§ 6) que as considerações são uma lógica delirante [*logischen Träumerei*]. A idealização da guerra como um duelo à mais vasta escala não corresponde, no entanto, à realidade. No mundo real e nas guerras reais, os contendentes não constituem vontades unânimes, “colisões de forças vivas” capazes de ações e reações contínuas e recíprocas. Ao contrário, mesmo o exército mais treinado não age como um autônomo, é antes cindido e eivado por vontades distintas cujo consenso é a exceção e não a regra. Ademais, nas guerras reais sempre há interesses alheios aos contendentes principais; Estados, partidos políticos e classes sociais que vêm no conflito a ocasião de algum ganho. Enfim, no mundo real raramente estão em jogo interesses vitais dos contendentes, influenciando a fragilidade dos mesmos sobre as vontades de indivíduos e grupos envolvidos.

Não obstante, as retificações tardias que Clausewitz aplicou à sua teoria não foram suficientes para dirimir a mistificação da guerra por meio da “lógica” do duelo e da guerra absoluta. Ainda hoje muitos vêm em Clausewitz um apóstolo da violência ou em sua obra uma justificativa para o militarismo ou belicismo. Afinal, civis e sonhadores não teriam compreendido que a guerra é o teatro da violência. A guerra deixa de ser “a continuação da política com o acréscimo de meios violentos” para assumir um caráter autônomo. Trata-se do que Aron denominou, em *Penser la guerre, Clausewitz*, a “inversão da fórmula” (isto é, da proposição segundo a qual “a guerra é a continuação da política com o acréscimo de meios violentos”).² Em países nos quais sobejam o autoritarismo e protagonismo militares — independentemente do regime vigente — a inversão da fórmula assume a forma da

² Raymond Aron, “La formule: guerre et politique” In: *Penser la guerre, Clausewitz*. Paris : Gallimard, 1976 ; pp. 169-177.

insubordinación do aparato militar às autoridades civis. Em países imperialistas e belicistas — à revelia da obra de Clausewitz —, a *inversão da “fórmula”* assume a forma de um complexo industrial-político-militar.

Não obstante, sendo as guerras reais a continuação das relações políticas por meios violentos, sua compreensão remete à definição trinitária da guerra, segundo a qual a guerra é “não apenas um verdadeiro camaleão que muda suas características em cada caso concreto”, mas “uma estranha trindade que envolve razão, inteligência e paixão” —relacionadas respectivamente por Clausewitz “sobretudo” ao soberano e seu governo; ao exército e seu comandante; e ao povo. Embora interpretações autoritárias considerem que a guerra e as relações civil-militares são a continuação exclusivamente da política que emana do Estado — e alguns militares proclamem as forças armadas ou, mais freqüentemente, o exército, o fiel depositário da pátria e, por conseguinte, do próprio Estado —, ela deriva das relações políticas em geral, fato que as revoluções não deixam de nos alertar. Ora, dentre os três elementos da fórmula trinitária é o povo que representará a novidade revolucionária que despertará Clausewitz do seu “sonho dogmático”. A compreensão da alternância da guerra e da paz, de Clausewitz a Aron, passa portanto necessariamente pelo exame das metamorfoses no papel que o povo cumpre nas relações políticas que conformam as relações civil-militares e a guerra.

As velhas monarquias não dispunham dos meios necessários para conter e menos ainda derrotar Napoleão. A experiência exitosa da resistência popular espanhola apresentava o armamento do povo como alternativa às deficiências dos exércitos dinásticos. As guerras napoleônicas pressionavam, portanto, as monarquias européias a abolir os antigos laços de vassalagem. Entretanto, a nobreza via com receio o armamento do povo. Clausewitz, alinhado com os reformadores do exército prussiano, defendia o armamento do povo e não via nela um risco de revolução política ou socioeconômica. Com efeito, como observa Aron, a lição que Clausewitz extraía da Revolução Francesa é que “doravante a monarquia teria que se arraigar em um povo que participasse dos assuntos públicos”, propondo um “vínculo profundo entre o Estado e os cidadãos”. Não obstante, Clausewitz não nutriu nenhuma simpatia pelos princípios republicanos ou pelos direitos do homem. Ele nunca considerou que a participação dos cidadãos nos assuntos públicos “poderia implicar a proclamação dos direitos do homem e do cidadão e, menos ainda, o sufrágio universal ou o parlamento”.³ Não obstante o século XIX assistiu, na Europa, ao aumento da participação política das “massas” sob o efeito da

3 Ibidem, p. 77, *passim*.

Revolução Industrial e da urbanização. A Revolução Francesa apenas abriu a caixa de pandora, cuja panóplia foi multiplicada pela Revolução Industrial. Em grande medida, tensões e conflitos foram orientados a alimentar o nacionalismo e a xenofobia. Entrementes, graças ao aumento da produtividade no campo, a massa de soldados crescia paralelamente as “massas” de trabalhadores na indústria. Como notou Aron, “O sistema de recrutamento e desenvolvimento industrial, a universalização do serviço militar e o crescimento monstruoso do coeficiente de mobilização, estão na origem do caráter hiperbólico da guerra de 1914-1918.”⁴ As guerras totais do século XX são o efeito dessa dupla revolução, econômica e política. *Paz e guerra entre as nações* é tributária dessas transformações. A interpretação aroniana da alternância de guerra e paz caminha paralelamente à sua percepção da “convergência” das sociedades industriais.

A refinada metodologia de Aron, na qual se misturam a releitura da obra de Weber à influência latente de Kant⁵, confere um caráter bastante hermético à *Paz e guerra*. Os conceitos expostos na primeira parte da obra (*Teoria*) e as regularidades, na segunda (*Sociologia*), interditavam juízos peremptórios. As longas ponderações de Aron com frequência se encerram em aporias, pois o caráter aberto da história impossibilita juízos definitivos. Em suma, a análise de Aron reproduz as incertezas do presente e do futuro. Não obstante, na obra de Aron convivem de modo tenso um moderado otimismo econômico com um indisfarçável “realismo” político. Destarte, a convergência das sociedades industriais simultaneamente aproximava e opunha os modelos econômicos dos dois grandes blocos que se enfrentavam durante a guerra fria. Aos seus olhos, ambos os modelos eram exitosos na superação econômica do atraso das sociedades pré-industriais. Aos seus olhos, “a superioridade que têm alguns países, devido ao seu avanço em matéria de desenvolvimento industrial, atenua-se e tende a desaparecer à medida que se difunde o tipo industrial de sociedade.”⁶ Paralelamente, Aron acreditava que o progresso da técnica e da organização superava os dividendos da vitória militar⁷ e que era o impulso político (“diplomacia do imperialismo”) e não a motivação econômica que predominava no ímpeto colonial.⁸ Ademais,

4 Raymond Aron, *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002; p. 227.

5 Eduardo Mei. “Raymond Aron: dos limites do conhecimento histórico à teoria das relações internacionais”, In: Corival Alves do Carmo et alii (orgs.). *Relações internacionais: olhares cruzados*. Brasília: FUNAG, 2013; pp. 53-76. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1093-Relacoes_internacionais_olhares_cruzados.pdf

6 Raymond Aron, *Paz e guerra* ... p. 323.

7 Ibidem, p. 341.

8 Ibidem, p. 351.

devido à tendência centrífuga do capitalismo, os frutos da sociedade industrial se espraíariam. Os países capitalistas exportariam não mais bens de consumo, mas bens de produção, pois “os países em desenvolvimento desejam equipar-se e reservam suas escassas divisas para a compra de equipamento industrial.”⁹ Aron acreditava que a industrialização solapara a motivação econômica da guerra, pois a economia industrial moderna pela primeira vez torna “duvidosa a utilidade econômica das conquistas”. Segundo ele na moderna economia industrial, “a riqueza depende do trabalho livre, [...] as trocas comerciais passam a beneficiar as duas partes que comerciam e os produtores e comerciantes têm todo interesse em se submeter à concorrência.”¹⁰ Em suma, a guerra perdera a motivação econômica, embora não tenha perdido as suas motivações políticas: “os homens, e mais ainda os Estados, sempre quiseram dominar pelo gosto de dominar.”¹¹ Nas sociedades industriais, os engenheiros não substituíram os militares, como preconizara Auguste Comte. Tragicamente, assistimos a “militarização da indústria, não a pacificação da sociedade.”¹² Aron observa que “a indústria dá aos homens novos meios para se enriquecerem sem conquistas e sem exploração; mas lhes dá também meios perigosos para se matarem mutuamente.”¹³ Destarte, ele assevera que, “Enquanto subsistir a competição entre os Estados, nenhum regime econômico [...] pode garantir que as técnicas de produção não sejam degradadas em técnicas de destruição.”¹⁴ Embora as sociedades industriais convergissem, persistia a heterogeneidade de Estados, regimes políticos e armamentos e técnicas de combate.¹⁵

Não obstante, o moderado otimismo econômico era motivado pelas circunstâncias excepcionais do pós-45. De fato, como observou Eric Hobsbawm, após o fim da Segunda Guerra Mundial, “seguiram-se cerca de vinte e cinco ou trinta anos de extraordinário crescimento econômico e transformação social”, período que retrospectivamente poderia ser visto como uma Era de Ouro, como de fato foi no início da década de 1970. Ainda assim, surpreende que Aron considerasse “fácil demonstrar que a taxa de crescimento da produção industrial [7% ao ano no caso da França], depois de 1950, não pode ser mantida durante vários séculos — isto seria fisicamente impossível.” O que era visto na década dos 60 como um otimismo moderado por parte de Aron, parece aos nossos olhos, no início do terceiro

9 Ibidem, p. 356.

10 Ibidem, pp. 361-2.

11 Ibidem, p. 363.

12 Ibidem, p. 395.

13 Ibidem, p. 397.

14 Ibidem, p. 398.

15 Ibidem, p. 398.

milênio como um delírio. Embora ele apontasse um problema demográfico, ele era apenas vislumbrado em um futuro distante:

O período em que vivemos é, portanto, excepcional, tanto no que diz respeito ao crescimento demográfico como em termos de crescimento econômico. Dentro de algumas décadas, em um ou dois séculos no máximo, será necessário que os mecanismos naturais que regulam a multiplicação da espécie humana sejam substituídos por uma regulamentação voluntária.¹⁶

Embora esse otimismo moderado tenha sido matizado por Aron ainda na década dos 60, a fatura ainda parece aos olhos de hoje otimista: “as *Désillusions du progrès* [publicado na França em 1969] não contradizem o otimismo aparente da teoria do crescimento, elas limitam o seu alcance.”¹⁷ O tom seria menos otimista ainda na década dos 80, quando Aron reconhece a “recessão atual”, mas observa que “nada autoriza a hipótese de uma mutação radical que paralisaria as economias a despeito do progresso científico e técnico.”¹⁸ Rechaça como apocalípticas as teses do Clube de Roma (“aumento normal mas súbito do preço de petróleo, inflação endêmica, desagregação do sistema monetário internacional”).¹⁹ Perante aqueles que Aron considerava profetas do apocalipse, pondera: “eu não tenho necessidade nem de Nietzsche nem de Heidegger para saber que o futuro da humanidade não obedece à razão.”²⁰ Diante das incertezas quanto ao futuro, Aron “julgava concebível” o fim feliz, amparado nas ideias da Razão de Kant.

Não obstante segundo Kant a esperança seja um dever da razão, cumpri-lo é mais penoso hoje do que há 35 anos. Ao que parece, testemunhamos o fim de um ciclo que se iniciou com as revoluções do final do século XVIII e se encerram com a revolução digital. Clausewitz e Aron contribuem enormemente para a compreensão das guerras totais que assombraram o mundo nesse período, assim como para as guerras reais em geral. Mas o tempo deles não é mais o nosso. As guerras totais da era industrial envolviam a produção em massa e a massa de soldados: “a sociedade industrial se presta à mobilização total”.²¹ A industrialização européia demandou enormes contingentes populacionais enquanto os exércitos recrutavam massas crescentes de jovens conscritos. As duas guerras mundiais levaram ao paroxismo a mobilização total dos recursos humanos e econômicos. Ambas são os maiores exemplos da guerra na sua versão taylorista-fordista. Esse ciclo começa a se encerrar

16 Ibidem, p. 915.

17 Raymond Aron, *Mémoires*. Paris: Julliard, 2003; p. 534.

18 Ibidem, p. 853.

19 Ibidem.

20 Ibidem, p. 971.

21 Raymond Aron, *Paz e guerra ...* p. 433.

na década dos 70. O malogro estadunidense na Guerra do Vietnam e a implantação nos Estados Unidos de unidades fabris da Toyota marcam a virada. A externalização da produção industrial é acompanhada pelo fim da conscrição universal. A massa de soldados de infantaria tende a declinar, embora ainda seja fundamental quando se trata de ocupação territorial. A tecnologia que dispensa trabalhadores nas fábricas também permite a sua dispensa no campo de batalha. A sociedade industrial está sendo substituída por uma sociedade digital, cujos desafios ao que parece serão muito maiores do que aqueles que foram antevistos por Aron. É o fantasma de Karl Marx que volta a nos assombrar. Durante o ciclo que se encerra o chamado exército industrial de reserva era parcialmente ocupado pelos enormes contingentes militares. Qual será o impacto da revolução digital sobre os contingentes de trabalhadores e militares? Apenas vislumbramos os seus efeitos. Talvez não seja casual que jovens europeus (estadunidenses e brasileiros) alistem-se no Estado Islâmico.

O problema ultrapassa o âmbito meramente econômico. No ciclo que se encerra, a ocupação industrial, nos países desenvolvidos, ampliou-se paralelamente aos contingentes militares. A dialética entre o antagonismo doméstico e o antagonismo internacional (isto é, a insociável sociabilidade de Kant) contribuiu para a conquista de direitos sociais e econômicos por parte dos trabalhadores. Nos países periféricos ou subdesenvolvidos, entretanto, a incorporação dos contingentes populacionais à indústria foi apenas parcial. A marcha forçada do desenvolvimento ocorreu sob o escudo de Estados policiais no âmbito doméstico e, na ausência do antagonismo internacional, aparatos militares autoritários, corporativos e alheios à sorte da população não incorporada à indústria. A violência em ambos os casos na fórmula clausewitziana concerne apenas aos conflitos internacionais. Repressão e violência domésticas são apenas política. No que tange à violência, não há entretanto um abismo intransponível entre os âmbitos doméstico e internacional. Nos períodos de crise, a porosidade entre elas tende a aumentar. Com o fim do ciclo de crescimento das sociedades industriais, os conflitos e a violência tendem a aumentar, e com eles a porosidade entre os âmbitos doméstico e internacional. A fórmula de Clausewitz pressupõe a clara separação entre esses dois âmbitos e antagonismos. Entretanto a violência, parteira da história, nem sempre permanece confinada aos limites que tentamos impor-lhe.

O problema da guerra adquire, nesse início de milênio, uma dimensão não prevista por Clausewitz nem por Aron. A definição trinitária da guerra nos obriga a sopesar o papel da paixão, da inteligência e da razão na deflagração da violência. A inversão da fórmula insinua

usos belicistas e autoritários do aparato militar. Porém, se a guerra é a continuação da política por meios violentos, em teoria, nada impede que ela seja definicionalmente “um ato de resistência que visa impedir que eventuais adversários nos imponham a sua vontade”. De qualquer modo, as incertezas do presente recomendam que busquemos mais uma vez o cosmopolitismo kantiano, elaborando com as ferramentas da razão prática um futuro para a espécie humana.